

documento

PISTAS FEMINISTAS PARA CONSTRUIR SOBERANIA TECNOLÓGICA A PARTIR DOS MOVIMENTOS POPULARES



SUMÁRIO:

| | |
|---|-------|
| > Introdução: discutindo soberanias pela ótica da sustentabilidade da vida | p. 02 |
| > O que é tecnologia? | p. 04 |
| > Marcos conceituais para refletir coletivamente sobre a Era Digital | p. 05 |
| > A datificação do campo, da natureza e da produção de alimentos | p. 08 |
| > Disputas comunicacionais no capitalismo digital | p. 12 |
| > Estamos seguras na internet? Princípios feministas e comunitários na internet | p. 16 |
| > Capitalismo de plataforma e trabalho | p. 18 |
| > Entre o ancestral e o digital: tecnologia e os povos tradicionais | p. 20 |
| > Princípios e demandas rumo à soberania tecnológica | p. 22 |

> INTRODUÇÃO

Discutindo soberanias pela ótica da sustentabilidade da vida

A ideia de soberania é trabalhada e aprofundada por movimentos sociais e setores de esquerda, que a deslocam de seu lugar original: em vez da soberania oficial de Estados muitas vezes autoritários, elabora-se a soberania dos povos como horizonte político em construção. Como pensar uma soberania popular a partir do Sul quando as invasões e explorações (coloniais ou neocoloniais) e os interesses das elites agrárias marcam os Estados periféricos desde a sua formação? No sentido dessas indagações, movimentos populares cursam um longo processo de questionar e disputar o conceito de soberania, reformulando-o desde perspectivas decoloniais e feministas que colocam a sustentabilidade da vida e a autodeterminação dos povos no centro.

A noção de soberania popular é usada pelos movimentos como base para a elaboração de agendas políticas, reivindicando a autonomia, autodeterminação, democracia e participação nas decisões de como se fazer o viver social: um povo ou uma comunidade soberana é aquela que tem o controle democrático dos processos e sistemas sociais que garantem o que é definido como essencial, seja sobre os fins, seja sobre os meios, sem a interferência (ou ingerência) de atores externos.

Na luta por direitos, as mulheres reivindicam a soberania sobre seus próprios corpos e sobre seus territórios, a exemplo da palavra de ordem “mulheres livres, povos soberanos”, criada pela Marcha Mundial das Mulheres (MMM). Do ponto de vista feminista, essa soberania transborda para muito além dos contornos de nossa pele e as delimitações geográficas de uma porção de terra: deve ser uma marca de todos os sistemas e relações sociais nos quais nossos corpos-territórios estão inseridos, os trabalhos, a alimentação, a saúde, a energia, entre tantos outros aspectos que sustentam a vida em suas dimensões humana e não-humana. Nesse sentido, temos buscado entrelaçar diferentes ênfases na luta pela soberania, no entendimento que não é possível buscar “soberanias específicas”, tampouco somá-las; é preciso entendê-las como eixos articulados de processos que sustentam a vida, e então fazê-las avançar de forma integrada na transformação de um mesmo sistema.

A Marcha Mundial das Mulheres participa da construção feminista de debates e lutas pela soberania alimentar e energética, através do fortalecimento de mulheres diretamente envolvidas em disputas e tecendo intercâmbios com movimentos sociais, sempre relacionando local e global. O conceito de *soberania alimentar*, emplacado por uma série de movimentos que formam e apoiam a Via Campesina, mostra que não basta apenas que se coma o suficiente, mas que a população decida sobre a qualidade do que se come, o que comer, como produzir e distribuir alimentos. A luta pela soberania alimentar é atravessada por uma série de conflitos socioterritoriais. As mulheres lutam por uma relação com a terra que esteja a serviço da vida e da diversidade de modos de vida, e assim enfrentam o agronegócio e resistem a grandes projetos de infraestrutura, sendo muitos no campo da produção de energia. Considerando isso e em um contexto de mudanças climáticas e crise socioambiental, tem-se pensado os entrelaçamentos com a noção de *soberania energética*, que diz:

não basta que se produza energia suficiente, é preciso que a população tenha controle de como se produz, para quê e como se distribui a energia. E vai além: não basta que seja feita uma transição energética baseada em renováveis de baixo carbono, é preciso construir poder popular para decidir como essa transição será feita, com quais tecnologias, em quais territórios, com qual impacto sobre trabalhadores, etc.

Atualmente, os movimentos têm observado que as velhas opressões têm sido atualizadas com o uso de novas tecnologias digitais, assim como as estratégias dos movimentos para seu enfrentamento. Dessa forma, levando em conta a complementaridade e a mescla entre as soberanias populares, colocamos em foco neste texto a *soberania tecnológica*, frente de luta presente nos movimentos há muitos anos, embora não necessariamente sob esse termo.

Sob uma pluralidade de pontos de vista, os movimentos têm questionado as falsas narrativas de neutralidade e facilidade associadas às tecnologias privadas e corporativas, lutando para a construção de uma tecnologia acessível, democrática e que exista a favor da vida. A luta por tecnologias emancipadoras e feministas significa enfrentar os regimes racistas, patriarcais e capitalistas de propriedade privada, que põem os lucros acima da vida. Ao mapear os acúmulos de algumas de nossas principais alianças latino-americanas sobre as críticas, perguntas, propostas e experiências relacionadas às tecnologias em geral, e ao mundo digital em particular, vimos que as elaborações e práticas são muitas. A impressão é a de que o tema da tecnologia atravessa as pautas por justiça social, mas que os acúmulos muitas vezes aparecem em materiais e parágrafos dispersos. Ao coletar, reunir e sistematizar essas pistas e caminhos já trilhados, propomos um pontapé para o pensar coletivo: como trabalhar e construir uma agenda de soberania tecnológica na perspectiva da sustentabilidade da vida, dentro e a partir de nossos movimentos?

Esse mapeamento foi realizado a partir da SOF Sempre Viva Organização Feminista, tomando como referência a Marcha Mundial das Mulheres. Fizemos um levantamento de organizações e movimentos sociais aliados com quem nos encontramos nas lutas na América Latina. Investigamos em seus sites e redes sociais palavras-chave, como “tecnologia”, “tecno-”, “digital”, “dados”, “ciber-”. O material encontrado, entretanto, foi muito diverso: são cartilhas, vídeos, imagens, convites para oficinas, textos, pesquisas, posts... Vale dizer que, como apenas trabalhamos com o que estava disponível na internet, os acúmulos organizados apenas em documentos internos ou via conhecimento oral não entraram nesse mapeamento.

Em um primeiro momento do texto, fazemos uma breve discussão sobre o conceito de tecnologia e as disputas sobre seu significado. Em uma segunda parte, introduzimos alguns marcos conceituais para compreender as dinâmicas e estruturas desiguais que marcam o capitalismo digital. Então, partimos para compilar os principais achados do mapeamento, sistematizados nas seções: “A datificação do campo, da natureza e da produção de alimentos”, “Disputas comunicacionais no capitalismo digital”, “Estamos seguras na internet? Princípios feministas e comunitários na internet”, “Capitalismo de plataforma e trabalho”, “Entre o ancestral e o digital: tecnologia e os povos tradicionais”. Por fim, fazemos uma reflexão final, propondo princípios para uma construção feminista de soberania tecnológica.

> O que é tecnologia?

Antes de mais nada, é preciso desconstruir o próprio conceito dominante de tecnologia. No dia a dia, é comum identificarmos automaticamente a ideia de tecnologia com o mundo digital, mas o conceito vai muito além disso, pois é um termo político e deve ser disputado. A tecnologia não precisa necessariamente de chips, cabos e placas. **Podemos pensar a tecnologia como um conjunto de saberes aplicados em instrumentos e ferramentas que mediam a relação das pessoas com seu meio, com o intuito de poupar tempo e energia na execução de uma dada ação.** Assim, a flecha e o tipiti, a agulha e o pilão, a enxada e o moinho, toda uma sorte de instrumentos que são associados a saberes coletivos e tradicionais também são tecnologia. Quando politizamos e disputamos a noção de tecnologia de uma forma mais ampla, valorizamos e tiramos da invisibilidade uma imensa gama de ecossistemas de saberes, técnicas e tecnologias sociais, populares e ancestrais, abrindo caminho para que grupos distintos construam a *tecnodiversidade*¹.

A noção dominante de tecnologia diz respeito às tecnologias capitalistas, produzidas pela ciência ocidental, o complexo industrial-militar e o poder corporativo, que têm como objetivo principal tornar mais eficiente a obtenção de lucro. No sistema capitalista, a tecnologia também é propriedade privada, podendo ser patenteada, controlada e concentrada na mão de poucos grupos. A tecnologia e a privatização do conhecimento andam juntas, o que não se limita aos softwares, chips e cabos: as grandes máquinas industriais, estruturas de produção de energia, [patentes biotecnológicas](#) e [médicas](#), tudo isso faz parte do conjunto de tecnologias capitalistas engajadas na produção de mercadorias. A forma como a tecnologia é organizada tem relação direta com a divisão internacional do trabalho e com as relações de exploração entre Norte e Sul global. Se a produção capitalista é mediada pela tecnologia, quem controla a tecnologia controla o sistema produtivo. Então podemos nos perguntar: quais grupos e países detêm a propriedade intelectual e tecnológica? Quais instituições controlam a produção do saber científico e tecnológico, e sob quais interesses?

De acordo com a feminista Paola Tabet, em seu [texto “As mãos, os instrumentos, as armas”](#), ao olharmos para a história do desenvolvimento da tecnologia, podemos compreender com nitidez como a divisão sexual do trabalho se desenvolveu. Com base em indícios etnológicos, a autora analisa uma série de sociedades não-modernas e conclui que as mulheres eram excluídas de atividades masculinas como a caça e a pesca, e responsabilizadas por trabalhos mais monótonos, simples, sem uso de instrumentos complexos. Segundo ela, “o controle por parte dos homens sobre a produção e o uso de armas se confirma como a condição necessária de dominação masculina sobre as mulheres: dominação baseada na violência (monopólio masculino das armas) e no subequipamento das mulheres (monopólio masculino dos instrumentos). A exclusão das mulheres da fabricação e do

¹ [O conceito de tecnodiversidade é discutido por autores como o chinês Yuk Hui](#), proposta para pensar que ao contrário de um único sistema tecnológico universal, a tecnologia deve ser pensada a partir da diversidade de diferentes técnicas e saberes localizados, que varia a partir dos sujeitos que a produzem, da forma como pensam, seus valores, de acordo com os distintos contextos e problemas que tenta resolver. Assim, longe de ser uma técnica monolítica comum a todos – a tecnologia vista pela lente eurocêntrica segue uma lógica totalizante, universal, dominante, que evolui de modo linear e se diz supostamente neutra – trata-se de uma cosmotécnica diversa, composta por um ecossistema complexo de saberes locais, potencialidades criativas e que evolui pela diversificação e pela solução de questões da ordem do viver de cada comunidade.

uso de armas e instrumentos é a condição para usá-las no trabalho, na sexualidade e na reprodução da espécie” (p. 119). Com a introdução de tecnologias capitalistas pelo colonialismo, o domínio dos homens apenas se intensifica, tendo como parte de sua estrutura a opressão racial dos povos negros e originários escravizados. Conforme as tecnologias modernas substituem as tradicionais, ocorre um processo de desvalorização dos trabalhos manuais e feminilizados, que faz parte de um processo de exclusão estrutural das mulheres. As tecnologias, assim, não podem ser separadas dos arranjos sociais que as criam, que determinam quais grupos têm o controle sobre sua produção, seu uso e seu valor social.

No coração das dinâmicas capitalistas de divisão sexual, racial, internacional e social do trabalho, estão as disputas sobre a distribuição e controle sobre os modelos tecnológicos. O horizonte de luta é construir, pelas bases, um modelo de tecnologias diversas, que sirvam como meios de produção da vida, e não de destruição, [morte](#) e violência.

> Marcos conceituais para refletir coletivamente sobre a Era Digital

Nos últimos anos, esferas de nossa existência passaram a ocorrer em um ciberespaço, ou seja, um mundo virtual onde nos comunicamos, conhecemos novas pessoas, armazenamos nossos documentos, decidimos quando acordar, aprendemos o caminho para determinado lugar novo, fazemos nossas pesquisas, nossas listas de afazeres e de mercado, compramos roupas e utensílios, damos risada, assistimos nossos filmes, ouvimos música, fazemos pagamentos bancários... Cada vez mais, nossos processos coletivos e individuais são mediados por aplicativos, programas, sites e algoritmos. Mas quem os controla? E com que fim?

Atualmente, dos dez empresários mais ricos do mundo, sete construíram sua fortuna em empresas de tecnologia digital. Na Era do Capitalismo Digital, as mercadorias mais rentáveis do mercado são dados. Essas informações sobre a população são comercializadas aceleradamente para empresas de marketing com o objetivo de vender, influenciar e lucrar de maneira mais eficaz. Torna-se impossível pensar resistências ao poder corporativo sem considerar o enorme e repentino poder de uma nova elite digital proprietária das *big techs* (como a Google, Facebook, Apple, Amazon e Microsoft). Apesar de parecer tudo novo, as estratégias usadas por essas corporações são antigas: baseiam-se no imperialismo, no extrativismo e no colonialismo para garantir a acumulação.

As novas tecnologias digitais não são ferramentas neutras, que vieram apenas para facilitar a vida, acelerar tarefas e potencializar capacidades. Esse mundo virtual que habitamos não é nosso. Ele é construído por grandes empresas internacionais que monitoram e transformam todas as nossas ações em dados. É o que dizem os movimentos que lutam por tecnologias livres: “se é de graça, é porque a mercadoria é você”. Os algoritmos distorcem, de forma personalizada e nada transparente, os ambientes virtuais que navegamos. As pessoas vão se transformando em usuários, os espaços vão se transformando em plataformas: no fim de contas, a digitalização de tudo significa a mercantilização da vida.

A forma como o poder corporativo das *big techs* se estrutura no contexto internacional reflete as profundas assimetrias entre o Norte e o Sul globais. A desigualdade digital (também chamada de exclusão digital e brecha digital) é o termo utilizado para descrever a brutal desigualdade da propriedade e do acesso à tecnologia. Na divisão internacional do trabalho, quem detém o conhecimento tecnológico (patentes e direitos de uso) é quem controla as cadeias de produção globais. Países periféricos ficam reféns, nesse ordenamento, de colocar sua natureza e mão de obra para ser explorada; enquanto ficam dependentes das tecnologias do Norte global. É o caso, por exemplo, do sistema educacional do Brasil, cujo sistema online está majoritariamente armazenado em *data centers* estrangeiros (o autor [Sérgio Amadeu](#) trata do assunto e menciona as pesquisas da iniciativa [Observatório Educação Viglada](#)). A desigualdade digital se refere à propriedade intelectual a nível internacional, mas também ao acesso às tecnologias a níveis territoriais, locais ou nacionais, como quando olhamos para a diferença na inclusão digital entre o campo e os centros urbanos e as consequências políticas disso.

Pesquisadores como [Sérgio Amadeu](#) tem feito esforços para sistematizar e cunhar o termo “colonialismo de dados”, que tenta elucidar as causas estruturais por detrás do fluxo assimétrico de dados e do controle concentrado dos códigos, tecnologias, formas de tratamento e estruturas de armazenamento. Todo esse sistema exige uma quantidade de capital titânica, algo que simplesmente não existe nas periferias do capitalismo. Assim, para usufruirmos das ferramentas, ficamos reféns das estruturas privadas das *big techs*, e transferimos dados gerados em nossos territórios para essas poucas empresas. O poder corporativo da elite digital articula-se com Estados poderosos e acapara Estados periféricos, tomando para si a gestão dos dados de bilhões de usuários e usando-os para influenciar a população nos campos político ou comercial. As transnacionais da tecnologia também desrespeitam a soberania dos Estados periféricos quando eles tentam proteger os recursos naturais em seu território: após uma série de medidas na direção da nacionalização dos recursos (o que inclui o lítio, metal essencial na produção de baterias), Evo Morales sofreu um golpe militar na Bolívia, enquanto [o bilionário Elon Musk pronunciou-se em seu Twitter](#) dizendo “vamos dar um golpe em quem quisermos, lidem com isso”. Ao mesmo tempo que empresas tomam para si a gestão de dados e da natureza, a elite digital se vincula com as indústrias farmacêuticas, alimentícias, têxteis, automobilísticas etc., para que possam crescer de modo estratégico com base nos dados processados.

A coleta de dados em massa permite treinar inteligências artificiais, através de processos como *machine learning* e *deep learning*², criando um sistema que faça não apenas previsões confiáveis com base no comportamento das pessoas, mas que também as monitorea e influencia. A capacidade de previsão de futuro é o objetivo máximo do capitalismo financeiro: transformar tudo em dados para estimar tendências e fazer apostas. A dataficação de tudo anda de mãos dadas com a financeirização e a precarização da vida.

Ao mesmo tempo, o desenho dos algoritmos é traçado sobre pressupostos e vieses políticos, que repercutem [desigualdades de raça e gênero](#) no mundo digital e as funcionalizam para além dele.

² *Machine learning* significa “aprendizado de máquina”, e é um dos ramos do desenvolvimento da inteligência artificial, que se concentra na criação de algoritmos autônomos que se alteram e se adaptam conforme os dados são processados, criando uma espécie de aprendizado baseada no reconhecimento de padrões. O *deep learning*, por sua vez, é um dos ramos do *machine learning* e se baseia em algoritmos e sistemas complexos de algoritmos que independem do treinamento humano, capazes de analisar elementos complexos como a fala e imagens.

[Pesquisadoras e pesquisadores negros discutem a ideia do racismo algorítmico](#) presente em inteligências artificiais, como em mecanismos de reconhecimento facial e até de concessão de crédito, o que resulta na marginalização sistemática grupos não-brancos. Em [artigo publicado no portal do Grupo de Ação sobre Erosão, Tecnologia e Concentração](#) [*Grupo de Acción sobre Erosión, Tecnología y Concentración* — Grupo ETC], a pesquisadora e ativista Silvia Ribeiro chama a atenção para o uso de tecnologias de monitoramento para controlar movimentos políticos, reproduzir opiniões racistas e distorcer dados. Mich Spieler, que integra a MMM de Montreal e compõe a coordenação de Tecnologia Comunitária no Centro de Organizações Comunitárias, [argumenta que como as inteligências artificiais são treinadas por dados passados, são intrinsecamente conservadoras](#). Assim, tecnologias de “policiamento inteligente” contribuem para a brutalidade da polícia contra não-brancos e não-cisgêneros, reforçando preconceitos e a militarização.

Uma consequência da produção e processamento de tantos dados é o impacto energético e ambiental desse sistema, ou seja, a base material que dá sustentação ao mundo virtual. Essa questão foi levantada por grupos como [Código Sur](#) e Grupo ETC, e compartilhada nas discussões do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras [*Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras* — COPINH], Confederação Sindical das Américas (CSA), Coodernadoria Latino-Americana de Organizações do Campo da Via Campesina (CLOC-LVC), entre outros. Quando falamos em dados, nuvens, números, internet, é comum pensarmos que tudo isso se trata de uma substância invisível e efêmera que nossos dispositivos comunicam magicamente. Dados são, do ponto de vista físico, energia. E o processamento de todos eles tem um enorme impacto ambiental, [bem como sobre os territórios e povos tradicionais](#). De acordo com [um resumo feito pelo Grupo ETC](#), estima-se que até 2025 o processamento de dados será responsável pelo consumo de 1/5 da energia elétrica global. A compilação de dados coletados apenas nos cultivos de milho europeu representa um consumo de energia superior que o do Senegal, para se ter ideia. A CSA também aponta o [altíssimo custo energético de tecnologias de blockchain e criptomoedas](#). Uma produção energética tão acentuada só pode ser economicamente viável em um modelo baseado em energia fóssil.

No mesmo resumo, além do altíssimo impacto energético, o Grupo ETC também chama a atenção para o consumo de água. Os dados são compilados, armazenados e processados em estruturas chamadas de centrais de processamento de dados, ou *data centers*, que são formadas por empilhamentos de computadores sempre trabalhando. O processamento esquenta os equipamentos e necessita resfriamento constante, feito com tubulações de água. Estima-se que algumas centrais usam mais de 200 litros de água por gigabyte.

Nessa mesma linha, é importante ter em mente a quantidade de metais necessários para a produção de todas essas máquinas ao redor do mundo, ainda mais com a obsolescência programada de nossos dispositivos. O poder corporativo que controla as *big techs* atua ativamente nos territórios através da mineração e pilhagem de materiais valiosos, ameaçando a soberania dos povos. A relação entre as tecnologias digitais e o extrativismo de recursos naturais é chave para pensarmos a construção de uma política tecnológica soberana, que conflua com a soberania energética, alimentar

e climática. Quais dados precisam ser produzidos, e como fazer o manejo do impacto de forma coletiva, sem explorar nossos territórios?

Em [entrevista concedida ao Capire](#), Nikole Yanes, feminista hondurenha que compõe o coletivo Código Sur, disserta sobre como grande parte do impacto causado pelo conjunto das tecnologias pode ser atribuído ao ímpeto das grandes empresas para centralizar os dados, o que requer mais equipamentos, mais energia, mais máquinas conectadas. O Código Sur propõe um regime descentralizado de dados, em que cada comunidade possa gerir sua própria geração de energia de baixo impacto e sua própria infraestrutura digital. Nikole menciona, entretanto, que existem políticas desenhadas para dificultar essa descentralização: em muitos países da América Latina, por exemplo, existe banda larga limitada, ou seja, limitam nossos próprios recursos para que tenhamos que consumir os de países da Europa ou Estados Unidos. Isso explica, por exemplo, por que os [cabos interoceânicos que levam informações e internet para o resto do mundo são praticamente iguais aos mapas das rotas marítimas da colonização](#).

A pauta da soberania tecnológica é estratégica e urgente no enfrentamento feminista às transnacionais e o capital financeiro. O enfrentamento ao poder corporativo atravessa os diversos territórios e povos da América Latina, unindo mulheres em alianças feministas anticapitalistas. Juntas, mulheres têm resistido e freado o avanço dessas empresas sobre seus modos de vida, conhecimentos tradicionais, a biodiversidade e recursos naturais, e a democracia de seus países. Organizações como o [Grupo ETC](#), a [Internet Ciudadana](#), a [MariaLab](#) e a [Rede de Avaliação Social de Tecnologias da América Latina](#) [*Red de Evaluación Social de Tecnologías en América Latina — Red TECLA*] são apenas alguns exemplos de atores que têm unido forças com foco na politização de tecnologias a partir da sustentabilidade da vida, da democracia e da liberdade e autonomia dos movimentos sociais. A tecnologia e a questão da digitalização têm sido cada vez mais abordadas nos movimentos, que valorizam as tecnologias alternativas e populares, colocando a soberania popular, o bem viver e a sustentabilidade da vida no centro, conforme veremos a diante.

> A datificação do campo, da natureza e da produção de alimentos

Diante das tendências da digitalização do campo e da produção de alimentos, movimentos camponeses, de povos e comunidades tradicionais e ambientais têm organizado frentes de resistência ao poder corporativo, partindo de princípios solidários, tradicionais e agroecológicos. A CLOC-LVC é uma das organizações que tem puxado essas discussões em rede, colocando em pauta a [articulação entre soberania alimentar e soberania tecnológica](#), e por vezes mencionando sua [conexão com a questão energética e climática](#). Também trabalham amplamente no tema a [Amigos da Terra América Latina e Caribe \(ATALC\)](#), [Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas](#) [*Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas — ANAMURI*], o Grupo [Carta de Belém](#), a [MMM](#), a

[Articulação Continental de Movimentos Sociais e Populares da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América \(ALBA Movimentos\)](#) e organizações como a [Red TECLA](#), a [Associação para o Progresso das Comunicações \[Association for Progressive Associations - APC\]](#), a [ALAI](#), a [GRAIN](#) e o [Grupo ETC](#). Para além dos movimentos citados, a digitalização dos processos rurais tem sido incluída no [diagnóstico comum de muitos outros movimentos](#).

Entre 2020 e 2021, a CLOC convocou e conduziu, em parceria com o Grupo ETC, o [grupo de trabalho “o Campo e o Agro” nas jornadas “Utopias ou Distopias: os povos da América Latina frente à Era Digital”](#), no qual sistematizaram e discutiram acúmulos de longa data dos movimentos a respeito dos impactos da digitalização no campo. As jornadas foram fruto de uma construção coletiva com outros grupos e movimentos sociais latino-americanos, como Internet Ciudadana, ALBA Movimentos, Fórum de Comunicação para a Integração de NuestrAmérica, ALAI, Associação Latino-Americana de Educação e Comunicação Popular (ALER), entre outros.

Um dos aspectos pontuados pelos movimentos no encontro diz respeito à falta de acesso histórica a bens e serviços básicos no mundo rural: o acesso a infraestruturas, ferramentas e equipamentos de comunicação e internet também deve ser incluído dentro do rol de direitos básicos. A segregação da população rural em pautas de conectividade dentro de planos de desenvolvimento nacional é reflexo de uma nova estratégia racista e classista de exclusão. A exclusão digital se expressa na falta do fornecimento de infraestrutura de comunicação básica para populações rurais, reproduzindo exclusões de processos de decisão política e informação. Diante desse “vazio” de infraestruturas, grandes empresas oportunistas aproveitam para entrar nos territórios com suas tecnologias e seus modelos de negócio, ostentando um discurso de que são elas as grandes provedoras dos serviços básicos. Ao mesmo tempo, diante das exigências de conectividade no campo, também se pontua o direito de não se conectar. Muitos grupos que participaram das Jornadas entendem que a conexão ao mundo virtual tem trazido muitas mudanças os modos de vida, o que nem sempre é o desejado por povos tradicionais e estratégias de subsistência. Muitos preferem manter sua comunicação através de tecnologias antigas, como o próprio “boca a boca” (“voz a voz”) camponês. Entende-se, assim, que pensar a soberania tecnológica não é apenas controlar como se conectar, como também decidir se a conexão é necessária e desejável.

O ingresso das tecnologias digitais no campo representou, por exemplo, uma nova frente de objetificação e mercantilização da natureza e dos territórios. Com a capacidade de manipular até o nível nanoscópico, a biotecnologia tem como capacidade de converter qualquer forma orgânica e química em código, um elemento privatizável, intercambiável e comerciável. Esse é o caso dos dados gerados sobre a composição da atmosfera, sobre trechos de código genético, micro-características do solo, populações de animais, etc. A biotecnologia, legado da Revolução Verde, está associada a um movimento de mecanização e capitalização do campo, ou seja, monocultivo, transgênicos e produção de commodities para exportação. Beneficiam, assim, aos grandes proprietários de terra e elites estrangeiras, não a produção nacional de alimentos de qualidade.

A mercantilização e codificação da natureza podem ser analisadas como uma forma renovada de cercamentos e expropriação de comuns. Os discursos reproduzidos pelas grandes empresas tentam convencer a população que estão precificando a natureza como forma de protegê-la, uma vez que, no

capitalismo, o que não tem preço não tem nenhum valor. Muitos governos reproduzem esses pressupostos ao proporem programas de Pagamentos por Serviços Ambientais, que atribuem uma quantia monetária para uma dada “contribuição” na preservação de espécie ou área, como se a natureza fosse uma prestadora de serviços. As empresas, respaldadas pelos governos, utilizam uma lógica de compensação para justificar o impacto que causam, explorando a natureza em uma região, mas compensando ao preservar outra. Nesse sentido, coletivos e movimentos que formam o Grupo Carta de Belém afirmam que a mercantilização/financeirização da natureza é uma tentativa de transformar a crise climática em [oportunidade de negócios](#). É o que alguns movimentos como a Via Campesina, Amigos da Terra Internacional e a MMM tem denunciado como “falsas soluções” há mais de uma década. Na verdade, o que se observa é um grande movimento de [biopirataria](#) e expropriação de territórios, ou seja, privatização por grandes empresas do conhecimento dos povos tradicionais e a expropriação dos elementos naturais necessários para a vida. O Movimento Mundial pelas Florestas Tropicais [*World Rainforest Movement* — WRM] afirma que não se trata de “soluções baseadas na natureza” como as transnacionais dizem, mas sim [“espoliações baseadas na natureza”](#).

A última onda de inovações tecnológicas do capitalismo chega ao campo como um pacote de novos desenvolvimentos de biotecnologia, maquinário, softwares e finanças, que cria um novo modelo de agricultura industrial: a Agricultura 4.0. A novidade desses processos, entretanto, não impedem que os movimentos se empenhem em compreender, informar e formar sobre os impactos das novas tecnologias em nossas vidas e territórios. Um exemplo de iniciativa de formação foi a [animação sobre Agricultura 4.0](#), realizada pela MMM, Red TECLA, Grupo ETC e Rede de Ecologia Social da Amigos da Terra Uruguai (REDES - AT Uruguay). Em uma [publicação do Grupo ETC](#), investigou-se que as máquinas agrícolas colhem não apenas plantas, mas dados sobre as condições de solo e a umidade, esses dados são processados por softwares que planejam de forma algorítmica os tempos e distribuições dos cultivos, assim como a manipulação do alimento dos animais, nutrientes do solo e seleção genética de espécies. Toda essa datificação das cadeias produtivas se conecta com o setor financeiro no investimento e distribuição de alimentos, mediadas por tecnologias financeiras de alto custo, como as blockchain, que não são acessíveis aos pequenos produtores. Coloca-se a produção de alimentos em função da especulação financeira e do lucro. Todas essas tecnologias são muito novas, e assim a regulamentação sobre elas ainda é tímida e propositalmente fraca: justamente por isso, estas tecnologias podem ser tão amplamente usadas.

De forma praticamente análoga aos processos de digitalização do campo, o grande capital tem usado as mudanças climáticas como motivação para o desenvolvimento e aplicação de tecnologias de ponta, sob o pretexto de estarem salvando o mundo. O Grupo Carta de Belém acompanhou a COP-26, em Glasgow, reunião periódica onde poderosos capitalistas e chefes de Estado se reúnem para acordar um plano de ação diante das mudanças climáticas, firmando compromissos para conter o aumento médio da temperatura abaixo de 2º C. Em um [artigo](#) publicado pelo grupo, relatou-se que, “em nome do clima, o que se decide aqui é a implementação com força total da transformação tecnológica, da digitalização da economia e da sociedade e da chamada quarta revolução industrial.”

Se no campo a digitalização avança pela privatização do patrimônio genético e pelo controle dos cultivos, na esfera ambiental, a tecnologia permite que as corporações desenvolvam novos meios

de apropriação dos bens comuns em capital natural, como é o caso, por exemplo, de mecanismos de blockchain que permitem converter carbono em mercados financeiros, ou da infraestrutura de monitoramento de emissões baseada no 5G. Observa-se uma corrida internacional para o desenvolvimento de tecnologias financeiras, energéticas e até mesmo espaciais, envolvidas no controle dos índices atmosféricos e ambientais. Nesse impulso de desenvolvimento tecnológico acelerado, há uma participação significativa dos setores industriais e militares. Podemos perguntar àqueles que propõem alternativas climáticas baseadas no capitalismo: se as soluções para a crise climática dependem de tecnologias e financeirização, então quem são os agentes que estão no controle desse processo?

A temática das mudanças climáticas está no centro de um novo plano de recuperação econômica e desenvolvimento capitalista, o chamado Green New Deal, no qual a dinâmica motriz de um novo ciclo é baseada em estratégias de descarbonização e digitalização do sistema. [De acordo com o Grupo Carta de Belém](#), a estratégia de net-zero, ou seja, a descarbonização de cadeias produtivas, depende diretamente da coleta e processamento de quantidades massivas de dados e, portanto, uma enorme infraestrutura de monitoramento, controle e vigilância, conduzidas por Big Techs. Outra tendência importante é a adoção das estratégias de pagamento por serviços ambientais. Se antes elas eram baseadas em bolsas e auxílios monetários àqueles que trabalham na conservação, agora é feita por empresas transnacionais ou por programas governamentais de pagamento por serviços ambientais, pela conversão direta de elementos naturais em dinheiro.

Tornou-se um negócio lucrativo investir no clima. Isso se reflete, novamente, no mundo rural e na Agricultura 4.0. [Empresas estrangeiras e o governo brasileiro encontraram um potencial de destinação de 98 milhões de hectares de terra no Brasil para a agricultura regenerativa](#), ou seja, um pacote biotecnológico de modernização do agronegócio baseado em biologia sintética, edição genética e monitoramento digital de tecnologias blockchain em nome do sequestro de carbono. Em última instância, isso reflete a estrangeirização de nosso território, sobretudo na Amazônia. As soluções “baseadas em natureza” reforçam e naturalizam uma relação com a terra intermediada pela digitalização. Isso abre brecha, por exemplo, para a intensificação de casos como a [grilagem digital de terras](#).

Propostas de modernização da agricultura e de enfrentamento a mudanças climáticas baseadas na digitalização, conduzidas por grandes empresas, ameaçam a soberania dos povos. Por isso os movimentos sociais apontam que é preciso uma mudança sistêmica baseada em arranjos locais e diversos de produção agroecológica, e, assim, tecnologias sociais. Nisso, a reutilização de sementes crioulas e o manejo dos plantios são tecnologias sociais plurais de criação e preservação de biodiversidade que [devem ser reconhecidas formalmente](#) como um primeiro passo para enfrentar, por exemplo, leis de propriedade intelectual cunhadas por empresas de biotecnologia. Por isso, movimentos rurais e comunidades tradicionais — representados pela Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador [*Confederación de las Nacionalidades Indígenas de Ecuador* — CONAIE], ANAMURI, Coordenadoria Nacional de Mulheres Trabalhadoras, Rurais e Indígenas [*Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas* — CONAMURI], Centro Feminista 8 de Março (CF8), Articulação Nacional de Agroecologia (ANA),

Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), entre as anteriormente citadas nessa seção) defendem que é fundamental dar visibilidade a iniciativas tecnológicas populares, [tradicionalis e agroecológicas](#), baseadas em trabalho digno, comércio justo e defesa da biodiversidade, como [casas comunitárias de sementes](#). Além disso, [de acordo com a ATALC](#), também é necessário o fortalecimento de alianças internacionais capazes de fazer frente às falsas soluções, propondo um sistema fundado na solidariedade.

As organizações que compõem a ANA, por exemplo, trabalham construindo tecnologias sociais em diferentes territórios do Brasil junto a comunidades rurais e urbanas. Os Encontros Nacionais de Agroecologia (ENAs) são momentos importantes de troca de saberes sobre essas tecnologias dentre as organizações do movimento agroecológico. Além disso, a ANA tem feito um esforço de resgatar e sistematizar experiências agroecológicas de tecnologias sociais dentro da publicação da coleção [Teia – Boletins Informativos sobre Tecnologias Sociais em Agroecologia](#). A organização inclusive, é referência na apropriação de tecnologias digitais baseadas em software livre para a criação da [Agroecologia em Rede](#), um portal coletivo de dados sobre experiências em agroecologia.

> Disputas comunicacionais no capitalismo digital

Os avanços da tecnologia não estão relacionados apenas com medidas de concentração de terra no campo, mas também com os chamados latifúndios midiáticos. Grupos têm denunciado a concentração da mídia e dos meios de comunicação e os riscos que isso representa à democracia, e têm feito frente aos modelos hegemônicos com a comunicação popular como estratégia e prática política.

De acordo com [a visão da MMM](#), a comunicação popular é um conjunto de experiências políticas praticadas por movimentos populares que caminham para a construção da democratização e autonomia da comunicação. No Brasil, essas iniciativas ganharam força sobretudo na década de 1970, em meio às censuras da Ditadura Militar. Através de jornais, filmes e rádios populares, movimentos se organizavam para promover a liberdade de comunicação e circulação de informação. Atualmente, as ferramentas se expandiram para a televisão e internet, acompanhando as mudanças tecnológicas, mas não se resumem a esses veículos. Com o lema “somos todas comunicadoras”, a Marcha Mundial das Mulheres propõe que produzir e distribuir conteúdo de forma auto-organizada, transformando a linguagem e sendo agentes de formação e cultura popular, é uma tarefa coletiva das militantes populares, e não apenas daquelas que se profissionalizaram nisso.

>> Democratização da comunicação

No Brasil de 2009, ainda sob o governo de Lula, realizou-se a primeira Conferência Nacional de Comunicação, considerada um [divisor de águas na política nacional de comunicação brasileira](#). O

evento contou com a presença de diferentes setores do governo, empresariado e sociedade civil, mobilizando milhares de pessoas ao redor da criação de um marco regulatório (no mesmo movimento que a Ley de Medios, na Argentina, do mesmo ano) sobre a comunicação, já que os códigos legislativos permaneciam praticamente intocados desde a década de 60³.

Naquele ano e nos que se seguiram, a pauta sobre a comunicação e sua importância para a democracia foi bastante mobilizada por movimentos sociais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT), que se dedicou para a construção de uma agenda popular da comunicação. Neste momento, a CUT era um dos movimentos e organizações que compunham o [Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação](#), articulação nacional movida pela denúncia e combate à concentração midiática e ausência de pluralidade nas fontes de informação. Sob as palavras de ordem “[sem a democratização da mídia não haverá democracia](#)”, a CUT se opôs veementemente aos monopólios privados do setor e exigiu o fortalecimento de políticas e mecanismos de controle público da comunicação, previstos na Constituição de 1988, mas nunca executados por falta de interesse político. Entende-se, aqui, que a regulação da grande mídia é apenas um passo na direção da conquista do direito à comunicação, que não pode ser alcançado sem, [ao mesmo tempo, políticas positivas de democratização do acesso aos meios de comunicação e o apoio à diversidade de veículos comunicacionais sob controle democrático](#). Ou seja, seria preciso que o Estado construísse a complementaridade dos sistemas público, privado e estatal e apoiasse a consolidação de meios alternativos de comunicação, ao mesmo tempo que garante políticas de acesso universal à internet. Apenas assim seria possível que a diversidade comunicacional pudesse refletir a diversidade de ideias e vozes da sociedade. A CUT entende que fortalecer instituições públicas, regulamentação e amplo acesso às comunicações são passos fundamentais para uma [estratégia de construção de uma política de um desenvolvimento soberano](#).

Muito como resultado das pressões sociais, o Governo Lula deu seguimento às propostas, lançando o Plano Nacional da Banda Larga (PNBL) e a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e dando início à criação dos Conselhos de Comunicação Social estaduais. Ao final, a campanha popular pelo Projeto de Lei da Mídia Democrática, que propunha o marco regulatório atualizado, não conseguiu emplacar sua aprovação.

Muitos movimentos e organizações têm formulado debates e proposto enfrentamentos ao monopólio midiático. Mais um exemplo disso, a nível regional, é a ALBA Movimentos, coalizão continental de movimentos que têm o tema de formação política e comunicacional como prioridade, o que os levou a trilhar debates sobre a comunicação, como ocorreu no seminário “[Monopólio midiático, colonialismo cultural e o terrorismo comunicacional](#)”. No seminário, Sally Burch, membra da ALAI, expôs como as grandes corporações digitais e as autoridades estatais agem em conjunto para aprovar medidas de censura e desmontar meios de comunicação democráticos e populares. Para

3 O texto constitucional determina como função do Estado a garantia de que não prevaleçam monopólios de mídia e que exista complementaridade entre o setor público, privado e estatal. Embora a Constituição de 1988 tenha representado avanços nos princípios que deveriam reger o setor de telecomunicações no Brasil, nenhuma regulação foi desenvolvida posteriormente para colocá-los em prática. [Assim, a regulação operante continuou sendo, por quase meio século, o Código de Telecomunicações de 1962](#), antes mesmo da popularização das TVs. As conquistas concretas desde então foram poucas, como [a obrigatoriedade de canais públicos \(como a TV Câmara etc.\) na TV aberta, ou a regulamentação de rádios comunitárias](#).

os movimentos que compõem a ALBA, é impossível dissociar a comunicação da conjuntura geopolítica e do poder corporativo que media muito de nossa atual cultura comunicacional. Por isso, o tema da guerra comunicacional aparece como transversal em diversos eventos e seminários formativos, ficando em destaque no ciclo de seminários “[Batalhas Comunicacionais em NuestrAmérica](#)”. Fala-se em guerra comunicacional porque grupos poderosos lançam mão de instrumentos de comunicação para manipular a opinião pública, atacar a imagem da oposição e interferir em processos democráticos. Países como Cuba e Venezuela, por exemplo, são vítimas de uma campanha de rechaço organizada pelos grandes agentes internacionais e grandes meios de comunicação, com a intenção de dismantlar as narrativas populares de transformação política e a soberania sobre os meios de comunicação (da qual a experiência da Telesur é exemplar). Esses mesmos agentes promovem a espionagem e a perseguição de ativistas que expõem essa lógica (como Julian Assange).

>> Experiências de comunicação

Engajados na luta pelo direito à comunicação democrática e ao acesso à informação, os movimentos populares têm se auto-organizado para construir alternativas baseadas na comunicação popular através de jornais, redes sociais, podcasts, rádios, programas de tv, materiais gráficos, etc. As iniciativas de constituir os próprios meios para comunicar a luta são inúmeras. São uma resposta imediata à falta de espaço e contra as perseguições políticas dos conteúdos e comunicadores; ao mesmo tempo, também apontam caminhos para novas formas de comunicar, mais coletivas, horizontais e conscientes.

Um grande exemplo são as rádios comunitárias. [De acordo com a CSA](#), meios tradicionais de comunicação como a rádio e a TV (em oposição às redes digitais e meios virtuais) têm um potencial de alcance muito grande, contribuindo para enfrentar a brecha digital. A [Associação Mundial de Rádios Comunitárias \(AMARC\)](#) se articula em diversos países da América Latina, buscando difundir o conhecimento e lutar por processos de democratização de frequências nos países. De modo semelhante, a [ALER](#) surge da associação de rádios comunitárias, em 1972, e atualmente possui um alcance radiofônico intercontinental, ampliando vozes de inclusão e luta pelo bem viver.

Ultimamente, [o setor de rádio tem sofrido mudanças importantes](#), pois basta um telefone móvel para se emitir um programa de rádio, e muitas experiências têm descoberto que é possível transmitir vídeos e dados por ondas de rádio. Por isso, muitas transnacionais buscam interferir na adoção de novos sistemas para manter seu monopólio no setor.

Uma experiência notável é a [Rádio Mundo Real \(RMR\)](#), que integra Amigos da Terra Internacional e tem sede em REDES – AT Uruguai. Desde 2003, a rádio dissemina as vozes e agendas de movimentos populares desde o ecologismo popular, em temas como resistência ao neoliberalismo, soberania alimentar, justiça climática e energia, florestas e biodiversidade, justiça de gênero, defesa de territórios e direitos coletivos dos povos. Na construção de seus conteúdos, a Rádio Mundo Real vai até os territórios, espaços políticos e encontros, acompanhando as lutas junto aos movimentos e realizando entrevistas, reportagens e coberturas, em parceria com rádios comunitárias

e outros meios populares de comunicação, participando assim de experiências chamadas de [“convergência de comunicação”](#). Em 2018, a RMR foi relançada como plataforma multimídia, expandindo a forma de seus conteúdos para além do acervo radial. De acordo com Valentina Machado, uma das organizadoras da RMR, o feminismo é adotado como perspectiva transversal em todos os temas abordado, e adiciona, em [entrevista concedida ao Capire](#): “Narramos as desigualdades estruturais das nossas sociedades não só para informar ou gerar conteúdos, mas para que algum dia elas deixem de existir. Isso deve se refletir no tom da nossa comunicação. Nós comunicamos, narramos histórias, contamos realidades para transformar. Nosso objetivo não é só a informação, é a transformação, o alerta, a denúncia.”

Outros exemplos de rádios comunitárias que encontramos no mapeamento: [a rádio Guarajambala \(COPINH\)](#), [a rádio da CONAIE](#), [a rádio Sororidad al Aire](#) ligada à Confluência de Mulheres para a Ação Pública [*Confluencia de Mujeres para la Acción Pública*], entre muitos outros. Em Honduras, as comunidades afroindígenas Garífuna, representadas pela Organização Fraternal Negra Hondurenha [*Organización Fraternal Negra Hondureña* — OFRANEH], organizam a defesa de seus territórios através da articulação de [uma rede de rádios comunitárias](#), a exemplo das rádios [Lumalali Giriga](#) e Faluma Bimetu, que inclusive têm sofrido [perseguições](#) constantes [por parte de órgãos governamentais hondurenhos](#). Para movimentos como a CONAIE, o direito à comunicação comunitária são centrais para a promoção da igualdade, interculturalidade e pluralidade de vozes, por isso a promoção de [encontros](#) e [formações](#) são frequentes.

A CUT e a CSA também apostam na construção de comunicação popular como parte da agenda sindical, e por isso têm suas próprias experiências de programas de rádio e [TV](#). Em 2021, a CSA organizou a I Conferência de Comunicação Sindical, na qual discutiu a importância de disputar meios de comunicação e fortalecer e difundir alternativas, bem como os [desafios](#) para construir uma rede continental de comunicação sindical nas Américas, adaptar as linguagens e os meios para alcançar a juventude trabalhadora e fazer as mensagens chegarem até aqueles e aquelas do mundo rural que não contam com internet. Nesse sentido, [apostam na democratização da comunicação \(como demanda e construção\)](#), [capacitação e profissionalização de comunicadores e a organização de conteúdos com maior grau de complexidade](#).

A comunicação popular não é só a criação de “produtos finais”, mas um processo. Ela pressupõe uma reflexão crítica e coletiva a respeito de nossa atividade virtual em plataformas que não nos pertencem, bem como em relação ao conteúdo que muitas vezes nos induzem a consumir. Na Marcha Mundial das Mulheres, entendemos que as redes sociais não apenas ameaçam o direito à privacidade, como vigiam nossos trabalhos, corpos, modos de vida, tempo e território, impondo valores e padrões de pensamento individualistas, sensacionalistas e consumistas. Podem ser usadas estrategicamente, mas nunca ser naturalizadas enquanto plataformas corporativas. Em ambientes virtuais moldados por algoritmos que privilegiam a viralização e o número de cliques, estimula-se a desinformação. Os tempos são acelerados sob uma lógica de instantaneidade, que dificulta aprofundamentos, discussões coletivas, inflamando nervos e tornando comuns extremismos e “cancelamentos” rápidos, com pouca capacidade de se tornar um processo organizativo. A cooptação

de pautas políticas por empresas e meios de comunicação é apenas mais um fator que interdita o debate e desconecta as agendas de transformação dos movimentos coletivos que as impulsiona.

Diante de tudo isso, a comunicação popular é uma estratégia dos movimentos para a organização, o diálogo, a circulação de informação de qualidade, fortalecendo sujeitos coletivos e posicionamentos políticos na construção de alternativas feministas e anticapitalistas. Não há fórmulas nem receitas prontas, pois a comunicação é feita por quem está na luta e se adapta às demandas de cada realidade. Nos diferentes territórios onde se organiza, a MMM tem construído alternativas de comunicação ao lado de movimentos aliados, conforme sistematizado no caderno *Comunicación feminista y popular: experiencias de las mujeres en movimiento*. Em Cuba e na Venezuela, mulheres têm resistido através da comunicação popular às narrativas imperialistas e à guerra comunicacional que acometem seus países. Pela criação de rádios, programas de TV e ciberativismo, fazem repercutir visões à esquerda, construindo uma comunicação emancipatória. No caderno, também foram abordadas as resistências comunicacionais no Chile, na luta pela nova Constituição; a construção de uma comunicação coletiva e internacionalista dentro da CLOC-LVC; o enredamento entre educação popular, feminismo e tecnologias livres na construção da Universidade Popular (UPo) e, e, por fim, a própria RMR.

> Estamos seguras na internet?

Princípios feministas e comunitários na internet

Da mesma forma que o mundo virtual representa uma continuidade expandida com o espaço físico, também nossos corpos passam a existir de maneira estendida. Assim, movimentos feministas passaram não apenas a se preocupar com a segurança e autonomia das mulheres ao andar na rua, mas também em meio ao espaço digital. Essa continuidade entre espaços e corpos se manifesta em reivindicações de movimentos como a CONAMURI, quando se menciona, em seu manifesto de 2020: “exigimos poder andar sobre as ruas sem medo e habitar os espaços físicos e digitais que nos pertencem em segurança”. Mas o que implica a segurança no ambiente digital? E quais as exigências e princípios feministas para ele?

Como dissemos, a maior parte do mundo virtual é gerida por grandes empresas que extraem e vendem nossos dados, o que inclui dados pessoais, mas também dados coletivos, sobre nossas organizações e planos de ação. Por isso, é preciso entender que dados são esses, quando se negar a fornecê-los, e quais dados são colhidos mesmo sem qualquer tipo de consentimento. Muitas vezes, negar-se a utilizar certas plataformas implica construir outras plataformas sob outros princípios, como forma de reivindicar a soberania sobre nossas vidas, nossos corpos e nossa tecnologia. Outras vezes, isso também implica garantir que esses espaços estejam sempre em disputa, capacitando de forma consciente seu uso entre as mulheres e coletivos e lutando pelo direito a acessá-lo. Um exemplo prático de organização que promove reflexões, formações e construção de alternativas

pautadas em redes comunitárias é o Coletivo Marialab, que trabalha em articulação com organizações feministas na promoção de sua [segurança](#), [liberdade](#) e [autonomia online](#).

A questão da tecnologia e da construção de alternativas passa pelas mulheres de formas distintas, até porque nossos corpos são apropriados e invadidos de modo específico na era do capitalismo digital, com aplicativos de monitoração de sentimentos e ciclos menstruais e a superexposição a propagandas que impõem normas estéticas e comportamentais sobre nossos corpos. As mulheres, responsabilizadas historicamente pelas funções sociais de cuidados, têm olhado para instrumentos digitais e tecnologias comunicacionais pensando como usá-los para cuidar uns aos outros, inclusive ao meio ambiente, assim como têm feito com muitos outros conhecimentos e ferramentas. São elas, assim, as que estão muitas vezes na dianteira da criação de alternativas enraizadas na natureza e em princípios solidários.

A CONAMURI é um movimento muito engajado com a discussão sobre as tecnologias digitais e seu impacto sobre o mundo rural e os sistemas agroalimentares tradicionais (tratados em detalhe na seção “A datificação do campo, da natureza e da produção de alimentos”). Ao mesmo tempo em que afirmam o [papel das redes sociais na difusão do feminismo entre as jovens](#), também comentam como, durante a pandemia, [operacionalizou-se o controle direto do capital sobre nossas vidas através das tecnologias](#), que funcionam como ferramentas de mapeamento e vigilância.

Os materiais encontrados sobre as ferramentas digitais de comunicação deixaram evidente a noção desse duplo papel para os movimentos feministas: as tecnologias representam, ao mesmo tempo, potencializadoras de luta e instrumentos de controle. Essa questão passou a ser muito mais discutida no [contexto da pandemia](#), que intensificou tensões feministas no mundo digital. Após 2020, é evidente que diversos movimentos feministas, [inclusive a CONAMURI](#), passaram a se engajar com maior fôlego na capacitação de mulheres para entender, se apropriar e criar alternativas no ambiente digital.

A Aliança Política Setor de Mulheres [*Alianza Política Sector de Mujeres*], movimento feminista mesoamericano com sede na Guatemala, politiza a chamada “brecha digital” como mais uma manifestação das desigualdades criadas por sistemas de opressão como o capitalismo, racismo e patriarcado. Frente a isso, organizou, por exemplo, alguns [cursos e oficinas](#) sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) durante a pandemia, como as [Jornadas de Informação e Comunicação](#), em que foram oferecidos cursos básicos e avançados de uso de ferramentas digitais e segurança digital para garantir a participação política de mulheres em tempos de quarentena. O Setor de Mulheres também [promoveu em um post](#) o [Vita Fest: Festival de Cuidados Comunitários para a Resiliência Digital](#), organizado pela Vita Activa, em 2022. O festival teve como tema colocar em discussão o “corpo digital”, ou seja, o conjunto de dados que constituem sua identidade online, que constitui o indivíduo nas plataformas digitais. O festival foi um espaço de conscientização sobre segurança digital e o enfrentamento a violências digitais, como a pornovingança⁴, discursos de ódio, ameaças anônimas, *doxing*⁵, entre outras. Na Colômbia, a Confluência de Mulheres também realizou uma série de oficinas sobre segurança digital, privacidade e ferramentas de comunicação interna para

4 Pornovingança: compartilhamento de fotos íntimas sem consentimento.

5 Doxing: exposição de documentos sem consentimento.

movimentos sociais (como a [Tertulias Live](#)), assim como estendeu alianças políticas com organizações envolvidas com ciberfeminismo, como a [Fundación Visonte](#).

> Capitalismo de plataforma e trabalho

Uma das contradições mais basilares do sistema capitalista é a relação entre as tecnologias e o trabalho. O objetivo das tecnologias capitalistas é promover uma maior produtividade, ou seja, extrair mais dinheiro com menos trabalho, tornando o trabalhador obsoleto ou desvalorizado.

Organizações sindicais como a CSA têm buscado aprofundar essa reflexão, argumentando que a luta anticapitalista não deve ser confundida com uma resistência contra os avanços tecnológicos pura e simplesmente. Isso permite que pensemos formas distintas de nos apropriarmos das tecnologias, usando-as para diminuir jornadas de trabalho, aumentar a qualidade de vida, atingir distintos potenciais com nosso trabalho (fazer o que não é possível com nossas próprias mãos), entender mais sobre nós mesmos (através de estudos e pesquisas) e aprofundar formas organizativas.

Sob o atual paradigma neoliberal, porém, existe uma espiral viciosa entre avanços tecnológicos e a forma de organização do capitalismo. Foram as novas tecnologias que permitiram, por exemplo, as cadeias mundiais de produção, empresas em rede, um mercado financeiro global online, plataformas de trabalho, transformando radicalmente a forma como o trabalho é explorado numa perspectiva internacional. Em [artigo publicado no site da CSA](#), fala-se em como tecnologias emergentes têm transformado o circuito monetário e, com ele, as relações de trabalho e salário. É o caso das criptomoedas que, dentro do marco da blockchain, oferecem um potencial de criar um sistema monetário seguro e descentralizado, que não esteja sob o controle de transnacionais e governos. Entretanto, essa segurança acaba beneficiando elites corruptas e o narcotráfico, ao criar uma espécie de paraíso fiscal virtual.

Os impulsos acelerados de inovação tecnológica das últimas décadas têm transformado radicalmente o mundo do trabalho, processo esse que se intensificou após a pandemia de covid-19. Grandes empresas promotoras da plataformização de serviços têm surgido com a promessa de flexibilizar processos de compra e venda e facilitar o encontro entre prestadores e clientes. Esse novo modelo de negócio depende da [uberização do trabalho](#): precarização completa do trabalhador, que se submete a longas e irregulares jornadas, sem vínculo e direitos trabalhistas ou representação sindical, e ainda paga taxas altíssimas para a plataforma. Esse fenômeno, tipicamente associado a motoristas de aplicativo e entregadores, está se difundindo entre muitos outros setores essenciais, a exemplo da [educação](#). Além de lucrar com a precarização, essas plataformas agem de forma estratégica para impedir arranjos cooperativos entre trabalhadores.

Um modo de vida mediado pelas novas tecnologias de comunicação e informação dificulta a delimitação clássica das oito horas de trabalho. É cada vez mais esperado que os funcionários fiquem disponíveis a qualquer momento, e que sua dedicação seja por tarefa ou prazo, ou seja, com a

flexibilidade e conectividade também acaba aumentando o sobretrabalho, a “autoexploração” e a pressão para produzir. Para as mulheres, que já lidam com duplas e triplas jornadas de trabalho, a extensão das jornadas de trabalho remuneradas tem um custo de vida ainda maior. Unindo as discussões dos movimentos sindicais com a visão da MMM, podemos dizer que, quando se fala na precarização do trabalho no capitalismo de plataforma, percebe-se que o padrão “feminilizado” do trabalho tem se expandido para os homens, cujo trabalho passa a ser marcado pela simplicidade, repetição, inconstância, invisibilidade, sobreposição de tarefas e disponibilidade ininterrupta.

Ainda em 2011, a CUT publicou um [artigo](#) alertando para o aumento drástico dos acidentes de trabalho relacionados a inovações tecnológicas, sendo a maior parte deles de natureza mental ou comportamental, como a depressão. “Há uma escalada volumosa e silenciosa no número de acidentes de trabalho. Há uma relação direta entre prática de gestão autoritária, passando pelos diversos tipos de assédio, produção flexível, falta de informações aos trabalhadores, aumento da intensidade no trabalho, repetição, monotonia, cobrança excessiva por resultados e metas, rotatividade, com o aumento no número de acidentes”. Praticamente dez anos depois, com a irrupção da pandemia de covid-19 que levou à normalização do regime de trabalho remoto, questões sobre [adoecimento mental e falta de regulação apenas se aprofundaram](#).

As grandes empresas de tecnologia também são criadas elas mesmas por trabalho extremamente precário, desde o extrativismo de recursos naturais, processamento de materiais, montagem dos eletrônicos, distribuição de componentes e sua entrega. As cadeias de produção da tecnologia refletem de forma quase transparente o colonialismo dos atuais, expresso na divisão internacional, racial e sexual do trabalho. Grandes empresas como a Tesla e a Amazon contam com inúmeras ações trabalhistas e mantêm um regime de altíssima produtividade, usando a própria tecnologia para criar mecanismos perversos de vigilância e [espionagem](#) para evitar sindicatos.

No caderno da MMM [Crítica feminista ao poder corporativo](#), a companheira Marianna Fernandes faz uma leitura detalhada sobre como o poder corporativo digital transformou as relações de trabalho e afetou diretamente a vida de mulheres. As novas tecnologias permitem a existência de plataformas de trabalho precário sob demanda (sendo algumas especializadas na comercialização de trabalhos domésticos e de cuidados), que multiplicam vínculos informais, fragmentam o trabalho em microtarefas digitais, promovem aprofundamento da vigilância sobre o trabalho e a exacerbam a precariedade e desigualdades estruturais de gênero, raça e classe.

Muitas plataformas foram criadas para que o trabalho de cuidadoras, babás e faxineiras fosse requisitado sob demanda, por preços mais baixos e com vulnerabilidade de dados das trabalhadoras, que acaba reforçando discriminações e abusos, além de promover um sistema de pressão por produtividade e disponibilidade permanente baseado em avaliações. Como o trabalho é feito em domicílio, as mulheres contam com ainda menos visibilidade que trabalhadores de entrega por aplicativo, por exemplo, um fator que faz com que o risco de ser responsabilizada por incidentes e fique desamparada pela plataforma seja muito maior. Outra tendência são as plataformas de trabalho sexual, muitas vezes *apps* de encontro de fachada, que contam com catálogos de profissionais, sem contar a prostituição digital e as gigantescas plataformas de pornografia.

> Entre o ancestral e o digital: tecnologia e os povos tradicionais

Por todos os cantos da América Latina, povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais têm lutado na defesa dos territórios e seus modos de vida no contexto do capitalismo digital. Diante da pluralidade de culturas e contextos, a relação com a tecnologia adquire distintas faces (e contradições) na promoção da sustentabilidade da vida, passando pela luta pela negação ou pela inclusão, pela assimilação de tecnologias capitalistas e pela afirmação de tecnologias ancestrais.

Os povos tradicionais, de todos os cantos da América Latina, propõem uma noção crítica à ideia ocidental de desenvolvimento que associa o progresso da humanidade à adoção de tecnologias capitalistas para a mobilização de excedentes. [Em entrevista concedida ao Capire](#), Miriam Miranda, liderança da OFRANEH, reflete: "Fala-se que os povos indígenas são pobres. Por que, se eles vivem usando apenas o que é necessário para viver? Eles são considerados pobres porque existe uma concepção diferente sobre pobreza e desenvolvimento. Hoje, estamos diante de um modelo de desenvolvimento que é destrutivo para a natureza e para todos os seres vivos do planeta. [...] disseram que somos contra o desenvolvimento. Eu fico me perguntando: que desenvolvimento?" Propõem, assim, que tecnologias tradicionais e sociais sejam desenvolvidas e utilizadas na promoção do bem viver dos povos e a sustentabilidade planetária. Diante disso, como os movimentos sociais de povos tradicionais têm refletido sobre as tecnologias digitais?

É inegável que as TICs têm um impacto nas práticas comunicativas, participativas e cotidianas dos meios sociais onde se inserem. Ainda que algumas comunidades prezem pelo direito à desconexão, movimentos indígenas têm feito um forte movimento pelo direito à conexão e ampla utilização de ferramentas modernas e meios de comunicação digitais, alegando que o uso de tecnologias ocidentais não os faz menos indígenas. Reconhecendo a importância do meio digital para a formação de opinião, os movimentos indígenas brasileiros (representados pela APIB) vêm colocando esforços na formação de [comunicadores](#) e [influenciadores digitais](#), na ampliação do acesso a equipamentos e internet e no [preparo das comunidades para utilizarem novas ferramentas](#) (inclusive audiovisuais), como estratégia de sensibilização política da sociedade, no fortalecimento da comunicação entre povos e de acesso e criação de informação sobre si, eliminando a necessidade por intermediários não-indígenas na comunicação. De forma semelhante, organizações quilombolas representadas pela Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ), têm lutado pela inclusão digital como garantia da participação em espaços políticos e da educação (pautas urgentes na pandemia). O movimento, por exemplo, apresentou [uma emenda pressionando autoridades durante a pandemia](#) para que fosse garantido apoio para a contratação de serviços de internet e expansão da infraestrutura.

Para além das TICs, existem projetos pelos quais comunidades indígenas têm se apropriado de tecnologias [satelitais](#), [drones](#), [blockchain](#) e [criptomoedas](#) como meio de monitorar ameaças territoriais e fortalecer economias comunitárias. De mesmo modo, movimentos como a CONAQ participaram de programas como o “Novas Tecnologias e Compartilhando Mundos” para promover o

uso de ferramentas de mapeamento (Google Earth), pesquisa (ODK) e divulgação (YouTube). Isso permitiu aos quilombolas envolvidos produzir estudos sobre suas comunidades e famílias, passando à condição de sujeitos de estudo, quando sempre foram objetos.

Algumas experiências, entretanto, mostram que o acesso às redes e tecnologias não precisa depender sempre de parcerias com grandes empresas: podem ser baseados em softwares livres e geridos de modo comunitário. É o caso da [pesquisa-ação desenvolvida no Vale do Ribeira](#), no Quilombo Terra Seca, onde o grupo de agricultoras agroecológicas As Perobas (que integra a RAMA – Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras) fez uma parceria com o coletivo Vedetas para instalação de uma rede comunitária no território.

Em 2021, também ocorreu um Ciclo de Formação sobre Internet, TICs e Justiça Socioambiental, com a participação do coletivo Intervezes, CONAQ e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste (MMTR/NE), e apoio da APC. O projeto teve como objetivo mapear coletivamente o acesso, uso e concepções sobre as TICs, desde uma perspectiva feminista, antirracista e pela justiça ambiental, que promova a autonomia digital e internet livre.

A relação entre o ancestral e o digital é repleta de contradições, uma vez que é fruto do encontro entre duas lógicas distintas de tecnologia e saberes. A visão de que só é tecnológico o que é fruto da ciência e da indústria ocidentais invisibiliza um universo gigantesco de tecnologias ancestrais, frutos de milênios de experimentações coletivas na relação com o território. Por isso, muitos movimentos (como a CONAIE, ANA, APIB, CONAQ, CF8, CONAMURI, entre outras) estão se engajando para mapear e divulgar estas ferramentas e saberes com o nome justo: tecnologias. Comunidades indígenas, quilombolas e camponesas são protagonistas e guardiões de suas próprias tecnologias, seja na observação do tempo, no plantio, [preservação e diversificação de biodiversidade genética](#), no preparo da comida, na caça, pesca, medicina, comunicação, tecelagem, comércio, etc. Essa tecnodiversidade é mais adaptada às realidades dos territórios, uma vez que é colocada a serviço da sustentabilidade da vida.

Entre alguns exemplos de produções feitas pelos movimentos sobre suas tecnologias ancestrais, temos o podcast [Kuña Remiandu](#), feito pela Conamuri, mas o tema é transversal e aparece em diversas [publicações](#). A CONAIE – Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador reconhece que é preciso fortalecer sistemas e tecnologias ancestrais em seu diálogo permanente com outras tecnologias para buscar de forma permanente uma economia ancestral e não-capitalista, que garanta e soberania alimentar para os ayllus, como é o exemplo [do manejo do tuku](#). Por isso, o fortalecimento e fomento ao desenvolvimento de tecnologias ancestrais é previsto nas diretrizes do [projeto político da CONAIE](#).

Ao olharmos para as experiências dos povos tradicionais, fica claro que existe um equilíbrio delicado entre o potencial emancipador de tecnologias e a dependência das grandes empresas (cujo [extrativismo](#) e a [própria atuação](#) ameaçam os territórios). Assim, os movimentos têm se aprofundado na reflexão: o que queremos e precisamos transformar com a tecnologia digital, e como construir ferramentas e redes dentro de uma lógica emancipadora, comunitária e autônoma? Quais modelos tecnológicos e digitais permitem a autodeterminação dos povos e a autonomia das mulheres,

protegendo a ancestralidade e os territórios? Como proteger e valorizar as tecnologias ancestrais, difundindo saberes e produzindo complementaridades entre diferentes sistemas de saber, multiplicando a tecnodiversidade?

> Princípios e demandas rumo à soberania tecnológica

Ao visitarmos os materiais produzidos pelos movimentos, fica claro que o tema da tecnologia atravessa a construção cotidiana de nossas lutas sob variadas formas. As tecnologias capitalistas se afastam da realidade de quem a utiliza: deixamos de ser sujeitos da tecnologia para tornar-nos seus objetos, apenas como meio de obtenção de lucro para as elites que efetivamente projetam e controlam esse sistema nada neutro de ferramentas. Com a irrupção das novas tecnologias digitais de comunicação e informação, os efeitos sobre nossos corpos, territórios, tempos e organizações se complexificaram e intensificaram. Conforme vimos ao longo do texto, essas novas tecnologias têm renovado sistemas antigos de expropriação de terras, ameaçado territórios com extrativismo intensivo e um gasto energético exorbitante, ao mesmo tempo que têm aberto novas frentes de mercantilização da natureza, transformando até seus componentes microscópicos (como emissão de gases e sequências genéticas) em dados mercantilizáveis. Fazem o mesmo com o nosso viver cotidiano, convertendo em dados nossas interações, posicionamentos, sentimentos e necessidades, aproveitando oportunidades para cooptar nossas pautas, mercantilizar nossos corpos, influenciar nossos comportamentos e os rumos políticos de nossas sociedades.

O essencial é entender que, frente a esse modelo de concentração de poder, os movimentos sociais têm se organizado na construção de alternativas tecnológicas em várias frentes: o resgate de tecnologias ancestrais e não-digitais, a apropriação estratégica e crítica de tecnologias capitalistas e sua conversão em ferramentas de luta e o desenvolvimento de tecnologias sociais alternativas. Os caminhos são plurais, mas, de uma forma ou de outra, têm como horizonte a construção de uma relação soberana e diversa com as produções e usos da tecnologia, colocando a sustentabilidade da vida ao centro.

Nesse sentido, baseando-nos nas elaborações dos movimentos⁶, sistematizamos as principais demandas, propostas e princípios para a construção de uma soberania tecnológica feminista e popular nos pontos abaixo. É importante mencionar que mapear os acúmulos significa também mapear as faltas: dos movimentos que analisamos, nem todos haviam produzido materiais escritos sobre a

6 Além de princípios que atravessam os demais materiais consultados ao longo do estudo, encontramos, em uma série de cartilhas e propostas dos movimentos, reivindicações relacionadas ao tema da comunicação, tecnologia e digitalização, que utilizamos como referência nessa sistematização final. Algumas dessas cartilhas que consultamos foram: “[As propostas da CUT para para construir direitos e cidadania na comunicação](#)”, da CUT; “Propostas para comunicação agroecológica”, da ANA; “[Princípios feministas na internet \[Feminist principles on the internet\]](#)”, escritos com base nas reflexões coletivas do evento [Encontro Global sobre Gênero, Sexualidade e Internet](#), organizado pela APC e [compartilhados em publicação da Confluencia de Mujeres](#); “Chamado à Cúpula do G77 [*Llamado a la cumbre del G77*]”, publicado no portal Comunicação para Integração [*Comunicación para la Integración*] e assinado pela ALAI, ALBA Movimentos, ALER, uma série de rádios comunitárias, entre outras organizações; a cartilha “[Somos todas comunicadoras: aprendendo juntas sobre comunicação feminista e popular](#)”, da MMM e publicada pela SOF; entre outras.

questão da tecnologia, o que significa que esse é um tema que pode ser ainda muito discutido e experimentado junto, em parceria com nossas alianças.

- > **Politizar as tecnologias.** Incitar debates que expandam a ideia de que a tecnologia não é neutra, mas social e política. Ela é produzida e controlada por modelos e agentes específicos, projetada e utilizada para servir para certos fins. Politizar a tecnologia significa desnaturalizar a forma com a qual afeta nossas vidas, disputando-a para que possamos imaginar outros modos de fazê-la e utilizá-la.
- > **Valorizar e visibilizar tecnologias ancestrais e sociais,** reconhecendo que as tecnologias são plurais e vão para muito além do que o sistema capitalista-moderno-ocidental define como tecnologia. Isso significa garantir que outros ecossistemas de saber possam ser valorizados, apoiados e difundidos.
- > **Promover o direito à conectividade e respeitar o direito à não-conectividade.** É preciso garantir que todos possam ter acesso à internet e conexão com qualidade com políticas públicas que universalizem a banda-larga e a inclusão digital a partir das demandas das comunidades, seja por conectar-se, seja por desconectar-se.
- > **Modelos públicos e comunitários de conectividade.** A infraestrutura de comunicação e conectividade necessita de muito investimento e coordenação para implementação, por isso entende-se que o Estado deve ser responsabilizado por garantir sua expansão. Mas os modelos de fornecimento devem ser públicos, nacionais e comunitários o quanto possível, indo na direção da autonomia e na contramão dos modelos de negócio das grandes empresas estrangeiras. Ao mesmo tempo, é essencial construir coletivamente medidas de desconcentração midiática e tecnológica, promover iniciativas comunitárias e o intercâmbio de experiências, bem como aproximar a construção da tecnologia daquele que a usa.
- > **Estímulo à utilização, criação e difusão de softwares livres e abertos.** O direito à informação e transparência exige um modelo tecnológico baseado em softwares livres e abertos, adaptáveis aos mais diversos contextos. A capacidade de entender, transformar e adaptar tecnologias resgata uma relação recíproca frente a elas, em um modelo onde o usuário é também sujeito e criador.
- > **Tecnodiversidade.** Grupos marginalizados historicamente da produção de tecnologias devem ser estimulados a participar de sua criação. Ao incluir mulheres, negros, periféricos, habitantes rurais, indígenas etc. na produção de tecnologia, impulsiona-se a tecnodiversidade e infraestruturas territorializadas e adequadas ao viver de cada grupo.
- > **Fazer a tecnologia em rede.** Os movimentos sociais entendem que as tecnologias devem ser feitas de modo participativo e colaborativo, em rede com outros movimentos, comunidades, instituições de pesquisa e organizações. É necessário promover a troca de experiências entre territórios, assim como fortalecer laços entre movimentos e a academia.
- > **Capacitação para o uso de ferramentas e segurança digital.** Promover oficinas e processos de educação popular que capacitem a militância no uso de novas ferramentas digitais e de comunicação, conscientizando para os perigos e as medidas de segurança cibernética a nível individual e coletivo.

- > **Transparência, privacidade e soberania de dados.** O direito à privacidade e anonimato dependem da transparência das plataformas. A população deve ter acesso e controle sobre o que ela mesma produziu. O direito à transparência e privacidade inclui a participação no desenho dos algoritmos e seus objetivos, se opondo à vigilância e mercantilização de corpos, modos de vida, resistências e vozes políticas.
- > **Tecnologia e conhecimento como bem comum.** Fim da propriedade privada para tecnologias e conhecimentos essenciais para garantir a reprodução da vida e sua segurança, o que envolve a quebra de patentes médicas e sua divulgação como patrimônio coletivo da humanidade.
- > **Construir mecanismos coletivos e populares de regulação tecnológica.** É preciso que os movimentos construam mecanismos de avaliação participativa de tecnologias de acordo com interesses populares e coletivos. Esses processos podem resultar em regulação ou rechaço, adaptação, adoção ou expansão de determinadas tecnologias. Isso significa fortalecer o poder popular, assim como o papel do Estado como regulador e impulsionador de alternativas, para que seja capaz de frear o poder excessivo de corporações digitais e tecnológicas e estabelecer governança popular.
- > **Tecnologia, comunicação e informação em função da vida.** É necessário criar valores econômicos baseados em solidariedade, cooperação, sustentabilidade e bens comuns, através do fortalecimento de meios públicos e do apoio a iniciativas comunitárias. É necessário promover o desenvolvimento de tecnologias feministas que contribuam com a educação, a saúde pública e com modelos agroecológicos de produção em função da sustentabilidade da vida. Ao mesmo tempo, denunciar os conglomerados de comunicação, criar ferramentas de checagem e difusão de informação populares, e desestimular tecnologias que sejam usadas para o lucro, a morte, a guerra, a espionagem, o poder e o controle dos corpos e vozes.
- > **Prezar pelo socialmente útil e sustentável.** A expansão do acesso à tecnologia não deve ultrapassar os limites energéticos e físicos das capacidades da natureza, nem ameaçar territórios. A tecnologia deve estar a serviço do socialmente útil, e não apenas do lucro, o que diminuiria drasticamente a necessidade de produção e processamento de dados.
- > **Fazer da tecnologia um instrumento de transformação e construção de movimento.** Utilizar tecnologias como ferramentas de fortalecimento coletivo dos povos, movimentos e territórios. Tornar a internet em um espaço político transformador, que facilite o surgimento de novas formas de cidadania, reivindicação e expressão, conectando territórios, exigindo transparência e criando oportunidades para a difusão de um pensamento crítico feminista. Tornar a internet um ambiente seguro e acolhedor, com mecanismos de prevenção da violência digital e livre de censuras.

> Apêndice: lista de organizações mapeadas

- > ALBA Movimentos – Articulação Continental de Movimentos Sociais e Populares da Alternativa Bolivariana para as Américas
- > Alianza Política Sector de Mujeres (Guatemala)
[*Aliança Política Setor de Mulheres*]
- > ANAMURI (Chile) – Asociación Nacional de Mujeres Rurales e Indígenas
[*Associação Nacional de Mulheres Rurais e Indígenas*]
- > APIB (Brasil) – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- > ATALC – Amigos da Terra América Latina e Caribe
- > CF8 (Brasil) – Centro Feminista 8 de Março
- > CLOC-LVC – Coordenação Latino-Americana de Organizações do Campo da Via Campesina
- > Código Sur
- > CONAIE (Ecuador) – Confederación de Nacionalidades Indígenas de Ecuador
[*Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador*]
- > CONAMURI (Paraguai) – Coordinadora Nacional de Organización de Mujeres Trabajadoras, Rurales e Indígenas
[*Coordenação Nacional de Organização de Mulheres Trabalhadoras, Rurais e Indígenas*]
- > CONAQ (Brasil) – Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos
- > Confluencia de Mujeres para la Acción Pública (Colômbia)
[*Confluência de Mulheres para a Ação Pública*]
- > COPINH (Honduras) – Consejo Cívico de Organizaciones Populares e Indígenas de Honduras
[*Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras*]
- > CSA – Confederação Sindical das Américas
- > CUT (Brasil) – Central Única dos Trabalhadores
- > GRAIN
- > Grupo Carta de Belém (Brasil)
- > ANA (Brasil) – Articulação Nacional de Agroecologia
- > MariaLab/Vedetas (Brasil)
- > MMM – Marcha Mundial das Mulheres
- > OFRANEH (Honduras) – Organización Fraternal Negra Hondureña
[*Organização Fraternal Negra Hondurenha*]
- > RAMA (Brasil) - Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras
- > Red TECLA - Red de Evaluación Social de Tecnologías en América
[*Rede de Avaliação Social de Tecnologias na América*]

Documento da SOF Sempreviva Organização Feminista

Elaboração: Lilian Roizman
Com acompanhamento de Helena Zelic, Miriam Nobre,
Natália Lobo, Nalu Faria e Tica Moreno.

Apoio: Fundação Heinrich Böll Cone Sul



Foto da capa: cartaz produzido em grupo durante oficina
“Feminismo e Soberanias”, realizada em 02 e 03/11/2022 em São Paulo

2022

